

Ruas divididas: análise dos protestos pró e contra medidas restritivas durante a pandemia no Brasil (2020-2021)

Samuel Henrique Carioca de Oliveira

Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Introdução

Este trabalho se insere em uma agenda de pesquisa mais ampla conduzida pelo Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (RESOCIE), que busca avaliar a participação de movimentos sociais no processo de contestação em torno da pandemia no Brasil. A totalidade dos trabalhos podem ser encontrados no repositório Mobiliza Covid-19.

Minha contribuição para esse esforço concentra-se na análise dos protestos favoráveis e contrários às medidas restritivas no Brasil no período de março de 2020 a maio de 2021. Queremos entender se somente à extrema direita foi às ruas. Analisar de forma abrangente os diferentes atores e grupos que se mobilizaram em torno do tema, investigando as formas de atuação e organização dos atores envolvidos, assim como, quem são esses atores. A existência de grupos favoráveis e contrários as medidas restritivas e a possível coesão ideológica entre eles, além de sua atuação em meio a um contexto social que restringia atos presenciais. Para isso, usamos os dados coletados e catalogados pelo projeto *LaProtesta* no Brasil, conduzido pelo Instituto da Democracia e da Democratização das Comunicações (INCT), com apoio do CNPQ 465535/2014-3 e da Fapemig apq 03612-17. Os dados coletados referem-se a eventos noticiados por seis jornais de circulação nacional e local. Estes são: Folha de São Paulo, A Crítica, Correio da Bahia, Correio Braziliense, Zero Hora e Tribuna do Norte

Pandemia, Sociedade e Conflito: Enquadramento Teórico

Crises pandêmicas, além de impactarem a saúde pública, revelam as dinâmicas de poder e as tensões sociais de um país. A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 e com status de emergência de saúde pública global encerrado em maio de 2023, evidenciou esse fenômeno (JORNAL NACIONAL, 2023). O mundo vivenciou um desafio social de magnitude comparável apenas durante gripe espanhola do início do século XX (SCHWARCZ, 2020). No Brasil, o número de vítimas ultrapassou 700 mil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024), revelando a necessidade de analisar como a sociedade se organiza em momentos de crise, especialmente considerando a crescente frequência de eventos pandêmicos em um cenário de acelerado aquecimento global (IPCC, 2023; SCHWARCZ, 2020).

A pandemia impactou profundamente os diversos âmbitos da vida social, desde a política e o trabalho, até os afetos, a educação e a saúde. Pesquisas e narrativas históricas sobre



crises causadas por doenças infecciosas remontam a Tucídides com seu relato sobre a epidemia em Atenas no ano de 431 a.C, e chegam aos nossos dias com pesquisas históricas, sociais e epidemiológicas sobre a COVID-19 (SCHWARCZ, 2020). Nesse sentido, esforços vêm sendo empreendidos nos mais diversos campos do conhecimento, sobre os mais diversos recortes metodológicos para entender os impactos, e o que foi a pandemia de COVID-19 no Brasil e no mundo.

No campo dos movimentos sociais, a pandemia, inicialmente vista como um potencial fator de desmobilização social, desencadeou, paradoxalmente, uma onda global de ação coletiva contenciosa (DELLA PORTA, 2022; GERBAUDO, 2020). Redes de solidariedade e conflitos floresceram nas ruas, nas comunidades e no ambiente digital. E a internet ganhou força como palco de debates acalorados e mobilização social (ABERS & BÜLOW, 2021). Diversos estudos têm se debruçado sobre esse processo, buscando entender os conflitos ideológicos que permearam a compreensão da pandemia e as medidas necessárias para combatê-la, tanto à direita quanto à esquerda.

No Brasil, dois eixos de conflito se destacaram: um que contestava as iniciativas negacionistas do governo e defendia políticas públicas eficazes de combate à pandemia (ABERS ET AL, 2021), e outro articulado pelo próprio governo, e sustentado por seus apoiadores, em defesa das ações governamentais (MOREIRA & KOERNER, 2021). Nesse contexto, destaca-se a produção do grupo de pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie)” da Universidade de Brasília, que desde 2020 produz relatórios sobre o papel da sociedade civil no enfrentamento da pandemia, frente a ausência ou precariedade das políticas públicas assistencialistas e de prevenção da contaminação, com foco nas periferias urbanas e na atuação digital dos movimentos sociais (ABERS & BÜLOW, 2020; FONSECA, 2022a; FONSECA, 2022b; VILARINS, 2023).

Além de estudos evidenciando o protagonismo do ativismo digital durante a pandemia e a emergência de um “ativismo na ciência” (BÜLOW, 2020; FONSECA, 2022a; TUBBS, 2022; VIEIRA, 2022; SANTOS 2022; BACCARIN, 2022, FONSECA, 2022b; CASTRO, 2023; TAVARES, 2021; CRUZ, 2021). O protagonismo do ativismo digital evidenciado por esses relatórios nos aponta a sub-representação de registros desse tipo de ativismo na base de dados utilizada para elaboração deste estudo, fato que será discutido mais à frente com detalhes.

A crise sanitária também impulsionou a adaptação de movimentos sociais preexistentes. O movimento feminista, por exemplo, voltou suas ações para o combate à fome e à violência doméstica, agravadas durante o isolamento social (VIEIRA, 2022). Enquanto outros, aproveitaram a oportunidade política da crise para avançar com suas pautas e adquirir direitos



(SANTOS, 2022). Concomitantemente, novos atores e agendas políticas emergiram, como o ativismo contra o passaporte vacinal (BACCARIN, 2022) e, foco deste trabalho, o ativismo contra as medidas restritivas à circulação (FERREIRA, 2023).

A construção deste artigo se beneficiou amplamente do diálogo estabelecido com os relatórios produzidos pelo Resocie.

No que diz respeito ao objeto de estudo deste artigo, para entender se os movimentos contrários às medidas restritivas eram de extrema direita, classifico extrema direita como um grupo que embora diverso internamente (SANTOS, 2022, p.44), se apresenta como um corpo coletivo nos protestos a partir da evocação de uma estética própria, onde se destacam a defesa dos símbolos nacionais (FREIXO & PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.14; ALONSO, 2017; MESSENBURG, 2017, p.633; LÖWY, 2015, p.662) a crítica pública aos valores da esquerda e suas instituições e reivindicações (FREIXO & PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.14; MESSENBURG, 2017, p.633) e um discurso anti-corrupção para limpar a política (MESSENBURG, 2019; TATAGIBA, 2015; ALONSO, 2017). Essa definição vai de encontro com a literatura internacional sobre o tema, que aponta como características da extrema direita, o nativismo, o populismo (caracterizado pela dicotomia “povo puro” versus “elite corrupta”), advogando que a política encarne a vontade geral do povo, na pessoa de seu líder, e o nacionalismo anti-globalização (MUDDE, 2020). Essa caracterização se reflete na classificação de protestos de nacionalistas, novas direitas e extrema-direita (NADE) realizada pela equipe organizadora da base de dados utilizada.

Os movimentos de extrema direita são bem estudados pela literatura brasileira, e sua atuação durante o período pandêmico ainda permanece uma incógnita que somente agora começa a se esclarecer (ABERS & BÜLOW, 2022; GRILÓ, 2022; SOUZA, 2022; TUBBS, 2022; BACCARIN, 2022). Segundo Tatagiba (2015), os movimentos de extrema direita começam a se estruturar mais fortemente no Brasil, apesar de estarem sempre presentes na história política e social brasileira, vide o golpe de 1964, a partir de 2007 com a eclosão do escândalo do mensalão, inicialmente se firmando contra o PT e seus governos, por meio de um discurso que associava o partido dos trabalhadores ao mau uso do dinheiro público e a esquemas de corrupção. Essa análise encontra respaldo em Débora Messenberg (2017), que estudou os movimentos que deram suporte logístico e ideológico as manifestações, incluindo seus líderes e seus posicionamentos nas redes sociais, na mídia e no exercício da atividade parlamentar. É fundamental ressaltar que essa classificação foi feita pelo *LaProtesta*, não para afirmar que os participantes de protestos classificados como NADE, sejam membros da extrema direita, mas



que participaram de protestos convocados por essas organizações ou lideranças, assumindo discursos, demandas e práticas que acabaram por fortalecer esse setor na sociedade.

Ademais, utilizar termos como “direita” e “esquerda” é fundamental porque entendo que apesar de polissêmicos, são categorias funcionais para o entendimento da vida e agir político, a exemplo de Messenberg (2017) e Bobbio (2001) em sua obra clássica “Direita e Esquerda”.

Além disso, o *LaProtesta* ao utilizar elementos e características anteriores a aquelas que ficaram vinculadas como de “direita”, percebida como contra o *lockdown*, e “esquerda” favorável ao *lockdown*, durante a pandemia, para sua classificação, se desvincula de uma análise conjuntural, e consegue notar a absorção e o apoio a determinadas ideias por diferentes grupos. Nesse sentido, posicionamentos *anti-lockdown* não são tomados como necessariamente de direita ou de esquerda, essa definição precede esses termos e sua contemporaneidade.

Com essa diferenciação conseguiremos entender se somente à extrema direita foi às ruas, e se ela incorporou em seu repertório a pauta *anti-lockdown*. Além de analisar de forma abrangente os diferentes atores e grupos que se mobilizaram em torno do tema das medidas de restrição à circulação, investigando as formas de atuação e organização dos atores envolvidos, assim como, quem são esses atores. A existência de grupos favoráveis e contrários as medidas restritivas e a possível coesão ideológica entre eles, além de sua atuação em meio a um contexto social que restringia atos presenciais.

Nesse sentido, dialogamos com autores como Ferreira (2023) para ponderar o posicionamento dos protestos contrários às medidas restritivas. Ferreira analisa em sua etnografia como um movimento anti-lockdown no Distrito Federal se organizou no ambiente online, explorando os enquadramentos de ação coletiva (diagnóstico, prognóstico e motivacional) para mobilizar seus apoiadores, e a cooptação desse movimento por apoiadores do governo. Consideramos também os trabalhos de Júnior (2020) sobre o apoio às medidas de restrição à circulação e de Bülow & Abers (2022) sobre o impacto da pandemia no apoio a Jair Bolsonaro e sua atuação. Por fim, a pesquisa de Souza (2022) sobre as novas configurações dos protestos no contexto de polarização e seus impactos no combate à pandemia contribui para a compreensão do cenário de inserção dos movimentos contrários as medidas restritivas.

Metodologia



Os dados utilizados nesta pesquisa foram disponibilizados pelo projeto LaProtesta em formato *access* e foram processados usando a plataforma de tratamento de dados *TableauPrep*, da *Salesforce*.

É relevante destacar a classificação realizada pela equipe do LaProtesta para cada um dos eventos observados, que inclui categorizações de: (i) base social, (ii) grupo ou instituição alvo do protesto, (iii) objetivo, (iv) capilaridade, (v) data do evento, (vi) local do evento, (vii) organizações envolvidas, (viii) tipo de protesto e (ix) número de participantes, entre outros. Segundo Tatagiba, coordenadora do grupo que organiza a base de dados:

O banco de dados (grifo meu) trata a ação coletiva contenciosa de forma ampla. Nele são registradas ações convocadas por organizações de movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores, bem como manifestações “espontâneas”, convocadas por coletivos ou indivíduos não organizados, compreendendo ações diversas como greves, ocupações, passeatas, intervenção artística, depredação, escrachos contra políticos, bloqueio de estradas, rebeliões etc. Nossa unidade de análise é o evento de protesto. Definimos evento de protesto como ações coletivas (envolvendo pelo menos duas pessoas), iniciadas por grupos da sociedade, de natureza extrainstitucional (são eventos públicos que rompem com a rotina e instauram ou ameaçam instaurar algum tipo de dano) e voltadas a sustentar reivindicações ou queixas que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas. (TATAGIBA, p.68, 2019)

Não estando incluídas outras ações que pertencem ao escopo de atuação dos movimentos sociais, tais como a formação de membros, lobby, reuniões com apoiadores e atuações institucionais.

A metodologia usada neste estudo é a de “análise de eventos de protesto” (AEP), criada e consolidada no campo dos estudos de movimentos sociais. A AEP consiste na construção de um banco de dados de eventos de protestos a partir de variáveis pré-determinadas, e sua posterior análise. As fontes de dados comumente utilizadas são os jornais, apesar dessa metodologia estar passando recentemente pela diversificação de suas fontes, como a coleta de informações a partir de registros policiais, e das redes sociais (TATAGIBA & GALVÃO, 2019, p. 67). A base de dados do *LaProtesta* como dito anteriormente, foi formulada a partir das notícias veiculadas em cinco jornais de circulação nacional e local. Estes são: Folha de São Paulo, A Crítica, Correio da Bahia, Correio Braziliense, Zero Hora e Tribuna do Norte.

Através da AEP conseguiremos trabalhar linhas temporais, analisar a evolução, comportamento e composição dos protestos. Além disso, aliaremos a análise estudos qualitativos, em especial a etnografia de Ferreira (2023) sobre o ativismo anti-lockdown no Distrito Federal durante a pandemia, para suprir lacunas do banco de dados e ponderar conclusões.

Apesar de robusta, a AEP apresenta desafios, principalmente na composição da base de dados. A dependência de jornais como fonte primária impõe vieses inerentes à linha editorial e



aos critérios de noticiabilidade de cada veículo (Vieira, 1984). A cobertura dos protestos varia conforme o ator convocante, o tamanho do evento, a ocorrência de violência, a duração e a localização (TATAGIBA & GALVÃO, 2019, p. 67). Protestos em grandes centros, especialmente nas cidades-sede dos periódicos, e eventos com maior apelo midiático tendem a receber maior destaque, em detrimento de regiões e movimentos menores.

Consequentemente, como se pode inferir, isso resulta em uma sobre-representação de eventos em estados mais populosos em comparação com os estados menores, apesar do esforço realizado pelos elaboradores da base de dados para equilibrar a balança com a inclusão de jornais do Norte e Nordeste. Graças a esse fato ficamos impossibilitados de fazer análises geográficas mais amplas sobre a distribuição dos eventos contenciosos pelo território nacional, fato que foi levado em consideração para as análises subsequentes.

Além disso, uma linha editorial mais consolidada e a maior profissionalização dos jornais de grande circulação e alcance, normalmente localizados nos grandes centros urbanos, tendem a privilegiar o uso desses veículos para a coleta de dados, em que pese algumas de suas desvantagens de enfoque, como a tendência de noticiar somente eventos dos grandes centros. Ademais, eventos violentos, com maior adesão, e longa duração, tenderão a ser mais reportados pela mídia (TATAGIBA & GALVÃO, 2019, p.67). Em síntese, aqueles que fogem ao padrão e vendem melhor para o leitor.

Portanto, a base de dados formada através da coleta ativa em jornais nunca expressará a totalidade de eventos que ocorreram em determinado período (LEITE, 2015, p.13), mas apenas aqueles que rompem o filtro midiático e "viram notícia", como postulam Tatagiba & Galvão (2019). São amostras não representativas do fenômeno estudado (JÚNIOR & OLIVEIRA, 2021, p.48). Fragmentos da realidade, que foram transpostos para o contexto jornalístico, constituindo uma representação enviesada, incapaz de refletir a diversidade social (MIGUEL, 2002; MÜLLER, 2015, p. 282).

Nesse contexto, também conseguiremos observar, em relação aos protestos contra e a favor das medidas restritivas, se houve uma tendência dos veículos de comunicação em privilegiar a cobertura de um tipo de protesto, em detrimento do outro (TEIXEIRA, 2008, p.82).

Para analisar os protestos relacionados às medidas restritivas durante a pandemia, foi necessário tratar um conjunto de dados brutos. Duas tabelas do *LaProtesta* com informações sobre os eventos foram combinadas, usando a "identificação do veículo" como referência, para criar um panorama completo e evitar repetições. Em seguida, informações irrelevantes que constava com valores nulos foram removidas. E os eventos relevantes à



pesquisa foram filtrados (a favor ou contra as restrições). Por fim, a nomenclatura das colunas foi revisada e duplicatas remanescentes foram eliminadas.

Após o tratamento dos dados, restou uma amostra de 85 eventos, em uma população total de 1077. Portanto, cerca de 8% dos atos registrados tinham por objetivo apoiar ou se opor a medidas restritivas a circulação. Desses 85 eventos, 68 eram contrários às medidas restritivas, ou 80% dos atos registrados, e 17 eram favoráveis, ou 20% dos atos registrados. Os resultados encontrados são expostos a seguir, juntamente com uma análise dos eventos.

Raio-X dos protestos sobre medidas restritivas

Delimitação da pesquisa

É importante ressaltar que nossa análise focou nos movimentos contrários ou favoráveis às medidas restritivas de circulação, seja pela abertura ou fechamento de escolas, de repartições públicas, ou comércios. Essa escolha se justifica por dois motivos: primeiro, porque o Brasil não implementou um lockdown rígido como o observado em alguns períodos em países como China e Itália, com bloqueio total de estradas, proibição da circulação e fechamento de estabelecimentos (GRAHAM-HARRISON, 2020; CARTA CAPITAL, 2020). Segundo, porque os debates sobre o lockdown giram em torno da legitimidade de o governo proibir ou não qualquer tipo de circulação de pessoas. Assim, a adoção dessa nomenclatura inclui movimentos com objetivos específicos, como a abertura de escolas, e abrange aqueles com pautas mais amplas e extremadas, contrários ou favoráveis à restrição total da circulação. Além disso, é importante salientar que muitos movimentos mais direcionados acabaram se tornando base de movimentos mais extremados, em alguns casos, foram até sequestrados pelos últimos. Retomaremos essa discussão posteriormente.

Contexto das medidas restritivas

É importante ressaltar que nossa análise focou nos movimentos contrários ou favoráveis às medidas restritivas de circulação, seja pela abertura ou fechamento de escolas, de repartições públicas, ou comércios. Essa escolha se justifica por dois motivos: primeiro, porque o Brasil não implementou um lockdown rígido como o observado em alguns períodos em países como China e Itália, com bloqueio total de estradas, proibição da circulação e fechamento de

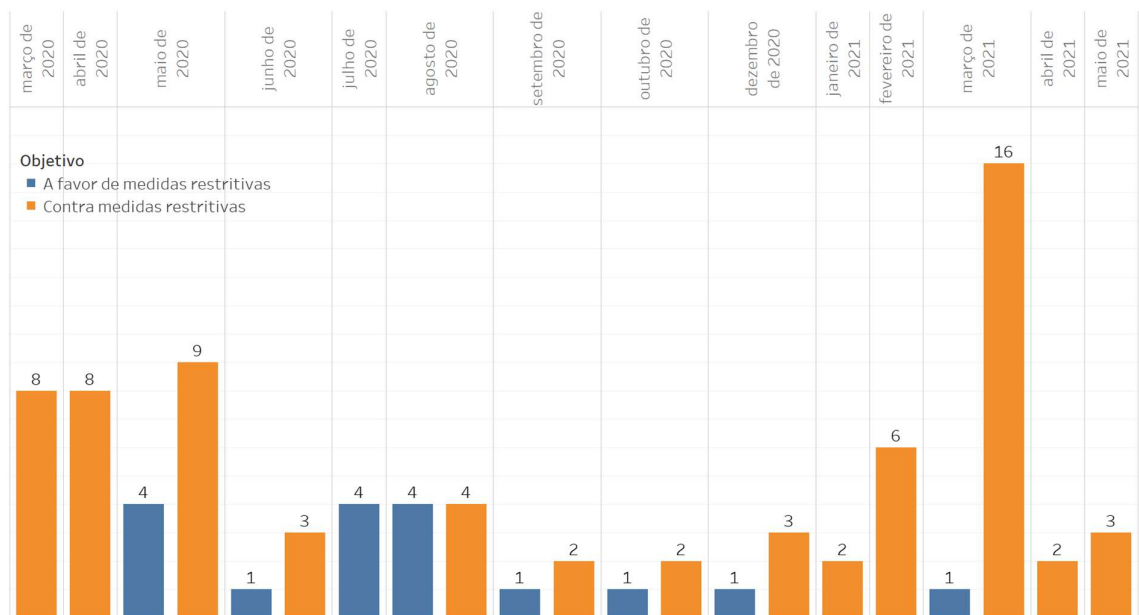


estabelecimentos (GRAHAM-HARRISON, 2020; CARTA CAPITAL, 2020). Segundo, porque os debates sobre o lockdown giram em torno da legitimidade de o governo proibir ou não qualquer tipo de circulação de pessoas. Assim, a adoção dessa nomenclatura inclui movimentos com objetivos específicos, como a abertura de escolas, e abrange aqueles com pautas mais amplas e extremadas, contrários ou favoráveis à restrição total da circulação. Além disso, é importante salientar que muitos movimentos mais direcionados acabaram se tornando base de movimentos mais extremados, em alguns casos, foram até sequestrados pelos últimos. Retomaremos essa discussão posteriormente.

Protestos sobre medidas restritivas ao longo do tempo

O gráfico 1 mostra a distribuição temporal dos eventos contenciosos registrados. Os protestos contra as medidas restritivas são representados em laranja e os a favor em azul, cobrindo o período de março de 2020 a maio de 2021. No total, foram registrados 85 eventos, dos quais 68 contrários às medidas restritivas e 17 favoráveis.

Gráfico 1 – Distribuição temporal dos eventos registrados



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do La Protesta.

A análise inicial revela um número significativamente maior de protestos contra as medidas restritivas, que só foram superados ou iguais por protestos favoráveis em julho e agosto de 2021. Essa tendência se explica, em parte, pelo próprio fato de que os movimentos



contrários às restrições se baseiam na negação do isolamento social como método eficaz de combate a pandemia, ou, quando muito, acreditam que os prejuízos econômicos da restrição da atividade comercial superam os danos causados pela livre circulação do vírus. Assim, os movimentos favoráveis às restrições, por acreditarem no oposto, na ciência e nos benefícios do isolamento, necessitam de motivações mais fortes para se mobilizarem em protestos presenciais, dado o risco envolvido. Curiosamente, a base registra apenas um evento on-line de protesto a favor das medidas restritivas: o abaixo-assinado da Aliança de Batistas do Brasil, que defendia o impeachment de Jair Bolsonaro e o isolamento social. Cabe destacar que os protestos contrários as medidas restritivas foram mais estáveis ao longo do tempo do que o seu oposto, foram noticiados em quase todos os meses com exceção de junho de 2020. Além disso, é importante ressaltar a tendência da mídia em priorizar a publicização de protestos presenciais, que em sua maioria são contrários ao isolamento, enquanto é provável que os movimentos a favor de medidas restritivas estejam sub-representados devido à menor visibilidade ou à sua natureza menos atrativa para a imprensa, mesmo que tenha se constituído durante a pandemia como forma de atuação importante para um amplo conjunto de atores da sociedade civil (BÜLOW, 2020, p.4; FONSECA, 2022a; TUBBS, 2022; VIEIRA, 2022; SANTOS 2022; BACCARIN, 2022, FONSECA, 2022b; CASTRO, 2023; TAVARES, 2021; CRUZ, 2021).

Fatores que influenciaram os protestos

O Gráfico 1 também revela uma variação importante no número de eventos noticiados ao longo do período. Chama a atenção o pico de manifestações em março de 2021. Esse aumento pode ser atribuído à retomada das medidas restritivas por governos estaduais e municipais em resposta ao recorde de mortes e internações por COVID-19, que ameaçavam colapsar o sistema de saúde. Motivados pela crescente insatisfação com a gestão da crise sanitária, os manifestantes criticavam a ineficiência dos governos locais em ampliar a capacidade de atendimento hospitalar e de UTIs, um ano após a identificação do primeiro caso da doença no país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Na visão deles, os governos locais estavam recorrendo às velhas e maléficas práticas de fechamento dos estabelecimentos comerciais.

Àquela altura, a vacinação estava se iniciando para os grupos prioritários, o que para essa parcela da sociedade já seria motivo suficiente para esquecer de vez qualquer tipo de proibições da circulação, apesar dos 2.000 casos de mortes diárias que começavam a ser registrados pela primeira vez no período (BUTANTAN, 2021). Além disso, no dia 8 de março,



Lula tornou-se elegível novamente graças a uma decisão do ministro Edson Fachin que anulou as condenações do ex-presidente pela 13ª Vara Federal de Curitiba, nos casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e do Instituto Lula (MOTTA, 2021).

Bülow e Abers (2022) demonstram que o número de mortes e o descontrole da pandemia impactaram negativamente a popularidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (Gráfico 2), com pico de mortes e menor nível de aprovação em março de 2021, coincidindo com o pico de protestos contra as medidas restritivas no gráfico 1. Embora essas informações possam parecer contraintuitivas para explicar o pico de março de 2021 se levarmos em conta que os protestos se alinharam a perspectiva discursiva do governo, elas não são, podemos supor que os governadores e prefeitos sofreram com o mesmo efeito de popularidade que atingiram o presidente nos piores momentos da pandemia. Perdendo adesão especialmente entre os grupos mais alinhados ideologicamente ao presidente. Essa perspectiva, não explorada por Bülow e Abers em seu trabalho, merece atenção e pesquisas mais aprofundadas. Dentre as unidades federativas que voltaram a adotar medidas restritivas nesse período, encontram-se: São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Sergipe, Amapá, Amazonas, Pará, Distrito Federal e o município do Rio de Janeiro (SÃO PAULO, 2021; RIO DE JANEIRO, 2021; GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2021; DISTRITO FEDERAL, 2021; MATO GROSSO DO SUL, 2021; CEARÁ, 2021; MARANHÃO, 2021; PARAÍBA, 2021; RIO GRANDE DO NORTE, 2021; SERGIPE, 2021; AMAPÁ, 2021, AMAZONAS, 2021; BRILHANTE, 2021).

Além disso, cabe destacar que o discurso contra as medidas restritivas e a atuação do presidente intensificaram-se em momentos de menor popularidade (BÜLOW & ABERS, 2022, p.13), e encontraram eco em parte da população incentivando protestos contra os governos subnacionais, acusados de suprimir liberdades e causar caos econômico (BÜLOW & ABERS, 2022, p.3-6). O gráfico 6 corrobora essa análise, mostrando que os governos subnacionais e o judiciário foram os principais alvos dos protestos dos movimentos contra as medidas restritivas.

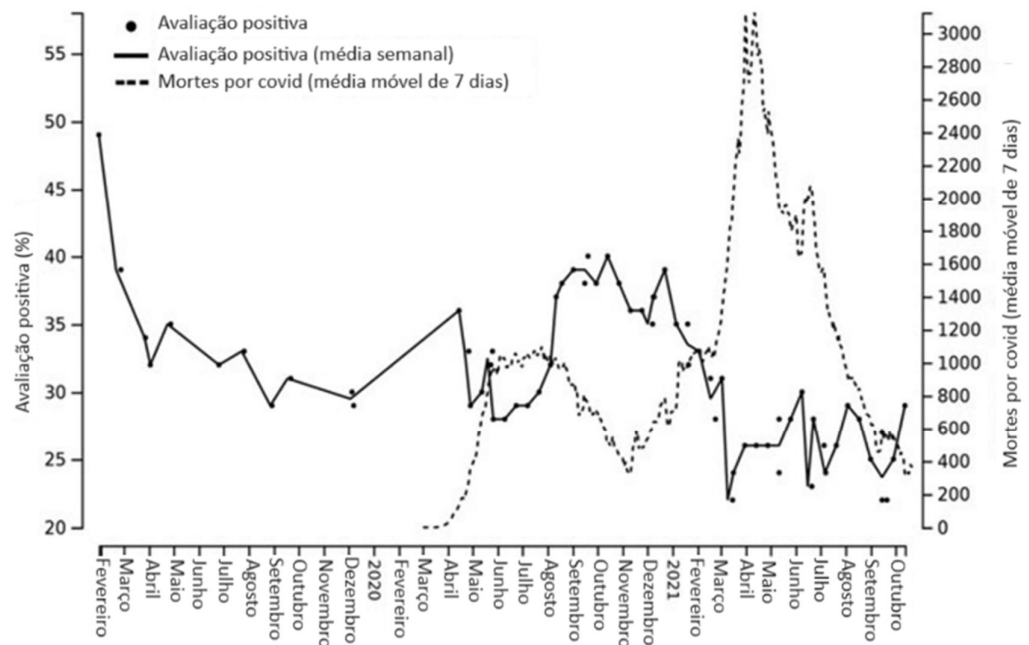
Além disso, essa estratégia do presidente e de seus apoiadores pode ser vista como uma tentativa de capturar a atenção da imprensa para dar visibilidade, promover e defender suas bandeiras e pautas. Aproveitando-se da facilidade com a qual protestos contrários a medidas restritivas conseguiam romper o filtro midiático e "virar notícia".

Como apontado por Nascimento (2018), o jornalismo atua como ator crucial na construção da imagem pública, configurando-se como um espaço de disputa e captura do espectador/eleitor. Neste contexto a cobertura gratuita desses eventos, serve para disseminar a narrativa de que o presidente está trabalhando incansavelmente para evitar o caos econômico e



combatendo a pandemia de forma eficaz através da distribuição de recursos para os entes federados, e do auxílio emergencial. O objetivo do presidente e seus apoiadores é trazer a disputa política para os olhos do público (SCHUDSON, 2002, p.25), para o palco da mídia, ao posicionar-se contra ações associadas a “inimigos políticos”, “sabotadores do governo”, e possíveis adversários nas eleições de 2022, como o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e de São Paulo, João Dória.

Gráfico 2 – Efeito do número de mortos sobre a popularidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.



Fonte: Abers e Bülow (2022)

A aplicação e generalização das conclusões de Abers e Bülow à popularidade de prefeitos e governadores pode explicar em parte o pico de protestos em março de 2021, que parecem ter sido encabeçados pela população ideologicamente alinhada ao então presidente Bolsonaro, e incentivados por sua retórica combativa. No entanto, uma análise mais detalhada da popularidade desses líderes é necessária para uma conclusão mais precisa. Esse tema constitui uma importante lacuna na pesquisa atual e merece investigação aprofundada para compreendermos melhor as dinâmicas políticas e sociais durante a pandemia no Brasil, não irei me aprofundar neste tema por não pertencer ao escopo deste trabalho. Dentre as medidas restritivas tomadas por governos estaduais e municipais. Destacam-se a imposição de toque de recolher no Amazonas e no Rio de Janeiro, o fechamento de praias na capital fluminense e a



suspensão de eventos em geral, além da proibição do consumo em bares e restaurantes no Amazonas, Maranhão e Rio de Janeiro. Nesses estados, o funcionamento de bares e restaurantes foi limitado às modalidades de *delivery*, *drive-thru* e *takeaway*. (AMAZONAS, 2021; RIO DE JANEIRO, 2021; MARANHÃO, 2021)

Vale ressaltar que a lógica dos manifestantes, que criticavam as medidas restritivas por acreditarem que o governo deveria prover leitos e atendimento para todos, desconsidera as limitações do sistema de saúde. Insumos hospitalares e recursos humanos especializados são finitos, caros e de difícil aquisição, especialmente em um período de alta demanda global como o enfrentado durante a pandemia.

Grupos nacionalistas, de novas direitas e extrema-direita e o papel da mídia

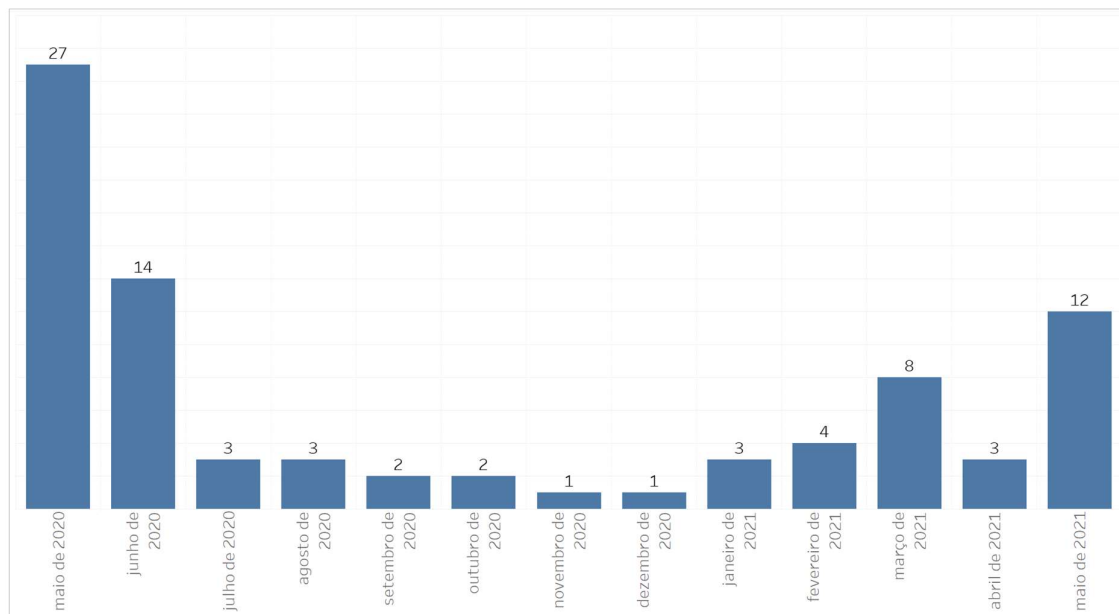
Feitas essas considerações, busquei investigar uma nova hipótese: haveria uma correlação entre os protestos contra as medidas restritivas e as manifestações de grupos nacionalistas, de novas direitas e extrema-direita (NADE)? Utilizei dados do LaProtesta sobre as ações desses grupos para gerar um gráfico de distribuição temporal (Gráfico 3), que comparei com o gráfico de protestos contra as medidas restritivas.

O *LaProtesta* categoriza grupos Nacionalistas, de Novas Direitas e Extremas direitas (NADE) como grupos que embora diversos internamente (SANTOS, 2022, p.44), se apresentam como um corpo coletivo nos protestos a partir da evocação de uma estética própria, onde se destacam a defesa dos símbolos nacionais (FREIXO & PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.14; ALONSO, 2017; MESSENBURG, 2017, p.633; LÖWY, 2015, p.662) a crítica pública aos valores da esquerda e suas instituições e reivindicações (FREIXO & PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.14; MESSENBURG, 2017, p.633) e um discurso anti-corrupção para limpar a política (MESSENBURG, 2019; TATAGIBA, 2015; ALONSO, 2017). Essa definição vai de encontro com a literatura internacional sobre o tema, que aponta como características da extrema direita, o nativismo, o populismo (caracterizado pela dicotomia “povo puro” versus “elite corrupta”), advogando que a política encarne a vontade geral do povo, na pessoa de seu líder, e o nacionalismo anti-globalização (MUDDE, 2020).

Voltando aos dados, a análise comparativa dos gráficos não permite concluir que os protestos contra as medidas restritivas seguiram a mesma tendência dos protestos NADE.

Gráfico 3 – Distribuição temporal dos protestos de extremas direitas.





Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do La Protesta.

Apesar disso, 16 eventos contra o isolamento social (cerca 23% dos eventos registrados) tiveram como base os NADE. Destes, 7 ocorreram em março de 2021, o que ajuda a explicar o alto número de atos registrados naquele período. Esses resultados demonstram que a pauta *anti-lockdown* foi, em certa medida, utilizada pela nova direita, mas não foi sua principal bandeira, talvez apenas uma entre várias. Do total de eventos classificados como NADE, cerca de 19% tiveram como objetivo principal ou secundário a oposição às restrições de circulação.

A concentração dos dados nos extremos da linha temporal que compreende o período pandêmico, indica uma mobilização mais intensa desses grupos em momentos de maior instabilidade, como no início e no fim da pandemia. Nesses períodos, o governo necessitava de maior respaldo para se consolidar perante a população, especialmente por conta da sua recusa em assumir o controle da crise sanitária.

Mais estudos são necessários para definir quais foram os objetivos norteadores dos protestos NADE, se houve um ou vários objetivos principais. A base de dados do *LaProtesta* se constitui como uma fonte rica e inexplorada para essa finalidade. Contudo, como essa discussão foge do escopo deste trabalho, seguiremos adiante.

Sobre isso, Bülow e Abers (2022) afirmam que os movimentos sociais à direita não devem ser considerados apenas como precursores que oportunizam o surgimento de líderes populistas, mas como constituintes do populismo enquanto projeto político. O estudo de Ferreira (2023) nos mostra que isso aconteceu em certa medida com os movimentos contrários



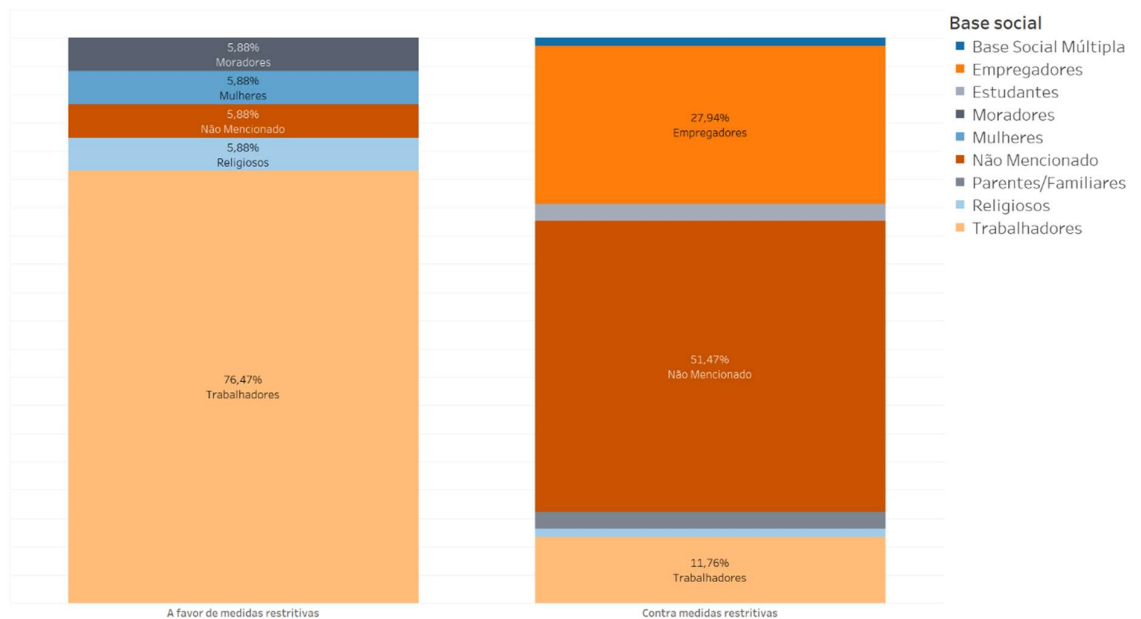
às medidas restritivas, eles foram cooptados e utilizados no projeto político do então presidente Jair Bolsonaro, e se tornaram constitutivos de seu populismo negacionista da pandemia.

É importante destacar, como mencionado no início desta análise, que na época havia poucos grupos dispostos a se expor aos riscos da pandemia e defender suas crenças nas ruas. A extrema direita e o entorno estratégico do presidente podem ter enxergado nesses grupos uma oportunidade para garantir o apoio popular que Bolsonaro necessitava, especialmente diante de sua recusa em liderar o combate à pandemia, suas declarações polêmicas na imprensa e as crises enfrentadas pelo governo (como as demissões de Mandetta, Moro e Teich).

No entanto, essa observação não pode ser generalizada para a totalidade dos eventos. Os indícios sugerem que apesar da captura de alguns movimentos por grupos de extrema direita, outros permaneceram suficientemente autônomos no seu objetivo de oposição a restrição da circulação por motivos diversos, tais como, pelos impactos econômicos, psicológicos e, educacionais nas crianças.

Análise da composição e tipos de protestos

Gráfico 4 – Composição dos protestos.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do La Protesta.

Para entender melhor os eventos, passaremos agora para a análise da composição dos atos, o Gráfico 4 apresenta um raio-x dos protestos, destacando os grupos sociais que os



sustentam. O gráfico é dividido em dois histogramas: um com a composição dos protestos contra as medidas restritivas e outro com a composição dos protestos a favor.

É notável o alto número de protestos sem grupo social definido. Desconsiderando esses, a maior porcentagem dos manifestantes contrários às medidas restritivas identificados são os empregadores, grupo mais afetado pelo fechamento de seus empreendimentos. Em contraposição, os trabalhadores, especialmente os da educação, foram em sua maioria favoráveis às medidas restritivas.

Ao analisarmos os tipos de protestos no Gráfico 5, notamos a prevalência de movimentos presenciais, como passeatas, marchas e atos públicos, tanto entre os grupos contrários quanto entre os favoráveis às medidas restritivas. Por outro lado, a baixa incidência de protestos de ativismo digital pode ser explicada pela preferência dos veículos de informação na cobertura de atos presenciais, especialmente durante o período pandêmico, o que contribuiu para a sua maior visibilidade em detrimento do ativismo digital.

Gráfico 5 – Tipos de protesto.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do projeto La Protesta.

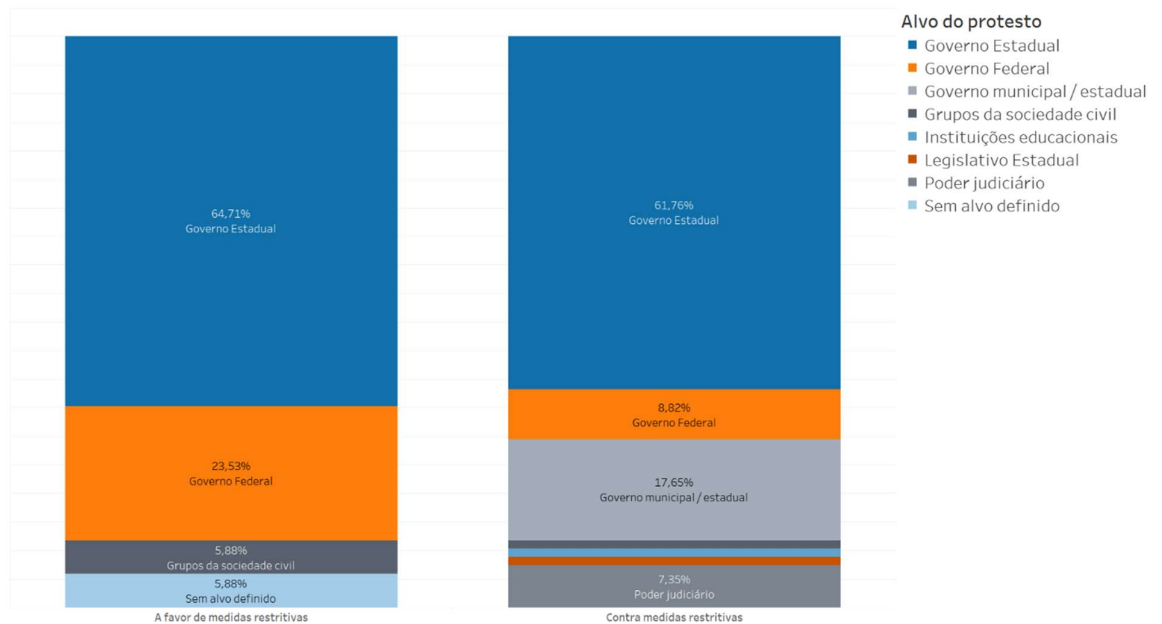
É importante destacar que à época do levantamento dos dados pelo LaProtesta, não estava no radar a desagregação dos atos classificados como “Passeatas, Marchas e Atos” em protestos do tipo “motociata”, que ficaram populares no período e só foram apontados pela literatura posteriormente. É provável que parte dos eventos registrados na base se enquadrem nessa categoria e estejam classificados como “passeata, marcha e ato”. As motociatas surgiram



como tentativa de driblar as restrições de uso do espaço público, ao mesmo tempo em que espetacularizavam o apoio ao então presidente Jair Bolsonaro, buscando demonstrar um forte apoio popular. Além disso, elas suplantaram outras formas de protestos à época, como as passeatas, e os protestos em frente a órgãos públicos, especialmente pela parcela da população mais alinhada ao discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (SOUZA, 2022).

O último gráfico que será analisado (gráfico 6) é aquele que mostra o grupo, ou organização alvo dos protestos.

Gráfico 6 – Alvo do protesto.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do La Protesta.

Não surpreende que cerca de 89% dos protestos contra as medidas restritivas foram direcionados aos governos locais ou ao judiciário, responsáveis por implementar as medidas de restrição à circulação. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2020, que estabeleceu a competência concorrente de Estados, Municípios e União na tomada de medidas contra a Covid-19 (POMPEU & CARNEIRO, 2020), reforçou a percepção dos opositores de que os governos locais eram os responsáveis pelas medidas e pelos prejuízos econômicos. Ficou claro para os opositores, há quem deveria ser direcionado os protestos. Essa associação direta tornou os governos locais o alvo principal dos movimentos contrários às restrições. Corrobora com nossa tese o fato de todos os protestos contra o judiciário terem sido registrados após a decisão do STF.



Além disso, apesar de existirem protestos contra as medidas restritivas direcionados ao governo federal, eles foram no sentido de pedir a intervenção deste, nas demais unidades federativas para encerrar o que era considerado pelos opositores como "abuso de autoridade" dos governadores e prefeitos.

Em relação aos movimentos favoráveis às medidas restritivas, o alto número de protestos direcionados aos governos estaduais foram, em sua totalidade, organizados por profissionais da educação pública. Eles pediam a não retomada das aulas presenciais e a manutenção das medidas restritivas até que houvesse vacinação para o grupo. Por fim, não causa surpresa que o segundo principal alvo desses movimentos tenha sido o governo federal, inclusive com pedidos de impeachment, devido à sua recusa em adotar medidas mais restritivas e ao seu posicionamento negacionista diante da pandemia.

Considerações Finais

Este estudo, ao analisar a polarização em torno das medidas restritivas durante a pandemia no Brasil, revela a complexa dinâmica da mobilização social em um momento de crise sanitária e política.

A análise dos contenciosos em torno das medidas de restrição à movimentação, primeiro instrumento utilizado para o controle da pandemia, e naquele momento, o mais eficaz conhecido, revela a predominância de publicações em jornais das manifestações presenciais contrárias a essas medidas. Tais protestos refletem a negação da gravidade da situação e a priorização de interesses econômicos sobre a saúde pública por parte de alguns grupos, incentivados pelo discurso e ação combativa do governo federal contra essas mesmas medidas. Além disso, o discurso combativo do governo contra as restrições foi direcionado aos governadores e prefeitos responsáveis por implementá-las, intensificando as clivagens em uma sociedade já polarizada pelas eleições de 2018, e os colocando como alvos prioritários para os protestos.

A predominância de observações de manifestações contrárias às medidas restritivas em nossa base de dados não indica necessariamente a hegemonia desses grupos na esfera pública. Em vez disso, reflete a preferência dos veículos de notícia por cobrir eventos presenciais, que eram majoritariamente anti-restrições, em detrimento do ativismo digital, mais comum entre os grupos pró-restrições, mostrando a tendência de comportamento dos veículos naquele período (TEIXEIRA, 2008, p.82). Além disso, muitos eventos registrados como



“passeatas, marchas e atos” podem ser, na verdade “motociatas”, um tipo de protesto que ganhou popularidade entre os grupos contrários às medidas restritivas e que acabou suplantando outras formas de manifestação, pois permitia contornar as restrições de uso do espaço público. Esses movimentos não foram catalogados como tal à época da estruturação da base de dados do *LaProtesta*, porque somente recentemente a literatura chamou atenção para a predominância desse tipo de protesto (SOUZA, 2022).

Nota-se ainda que os protestos contra as medidas restritivas se intensificaram nos períodos de maior gravidade da pandemia, como nos primeiros meses de 2021. Essa intensificação reflete a insatisfação com os governos estaduais e municipais, acusados de não preparar adequadamente a infraestrutura hospitalar e de insistirem em medidas de isolamento após um ano do início da pandemia. O avanço da vacinação para grupos prioritários também era usado como argumento contra as restrições, alegando que os danos econômicos provocados pelo fechamento do comércio não eram justificáveis sobre esse ponto de vista.

Além disso, os protestos anti-restrições foram, em grande medida, organizados por empresários preocupados com os impactos econômicos em seus negócios. Grupos de novas direitas e extrema-direita participaram desses movimentos e, em alguns casos, os cooptaram para defender o governo do então presidente Jair Bolsonaro, se integrando ao seu projeto político, corroborando as descobertas de Ferreira (2023). Os alvos principais desses protestos foram os governos subnacionais e o judiciário, vistos como responsáveis pelas restrições e seus impactos.

Em contraste com os grupos que protestaram contra as medidas restritivas, os profissionais da educação e saúde pública lideraram os movimentos a favor de medidas mais rígidas sobre a circulação social. Motivados pela defesa da saúde pública, da segurança dos trabalhadores e estudantes, e pela necessidade de conter a disseminação do vírus, esses profissionais se mobilizaram para apoiar as restrições. Curiosamente, apesar de ter havido protestos contra as medidas restritivas direcionados ao governo federal, eles foram no sentido de pedir a intervenção deste, nas demais unidades federativas para encerrar o que era considerado pelos opositores como "abuso de autoridade" dos governadores e prefeitos.

Este estudo contribui para a compreensão da mobilização social durante a pandemia no Brasil, especialmente os protestos a favor e contra as medidas restritivas bem como de seus grupos envolvidos.

As diferentes formas de mobilização social durante a pandemia expõem a necessidade de uma análise crítica sobre o papel da mídia, a influência do discurso político e a importância da participação cidadã na construção de soluções para crises complexas.



Referências Bibliográficas

ABERS, R. N., & BÜLOW, M. von. (2021). Solidarity during the pandemic in Brazil: Creative recombinations in social movement frames and repertoires. In M. Fernandez, & C. Machado (Orgs.), COVID-19's political challenges in Latin America: Latin American societies. Springer, Cham, p.87-101.

ABERS, R. N., Rossi, F. M., & Bülow, M. (2021). State-society relations in uncertain times: Social movements strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, 42(3), 333-349. DOI: 10.1177/0192512121993713.

ABERS, Rebecca Neaera; BÜLOW, Marisa Von. (2022). Denialism and populism: Two sides of a coin in Jair Bolsonaro's Brazil. *Government and Opposition*. Cambridge University Press. Cambridge.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. (2020). A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020). Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. (2020a). Bolsonaro edita MP e decreto para definir atividades essenciais. Agência Brasil, Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/bolsonaro-edita-mp-e-decreto-para-definir-atividades-essenciais>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. (2020b). Veja as medidas que cada Estado está adotando para combater a COVID-19. Agência Brasil, Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/veja-medidas-que-cada-estado-esta-adotando-para-combater-covid-19>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

ALONSO, Angela. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, p. 49-58.



AMAZONAS. (2021). Decreto n.º 43.596, de 20 de março de 2021. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus. Disponível em: <https://www.pge.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/58-Decreto-de-20-de-marco-de-2021..pdf>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

AMAPÁ (Governo do). (2021). Governador do Amapá anuncia lockdown. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1603/governador-do-amapa-anuncia-lockdown>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

BACCARIN, Matheus. (2022). O ativismo contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil: entre repertórios digitais e protestos presenciais. Relatório de Pesquisa 09 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

BARON, Letícia. (2018). Os novos movimentos de direita no Brasil e o discurso anti-partidário: ambivalências e contradições. *Leviathan* (São Paulo), n. 13, p. 1–29. DOI: 10.11606/issn.2237-4485.lev.2016.144658. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/144658>. Acesso em: 21 maio. 2024.

BOBBIO, Norberto. (2011). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. (Marco Aurélio Nogueira, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.

BRILHANTE, Barbara. (2021). Belém e mais quatro municípios da RMB entram em lockdown para conter a Covid-19. Agência Pará, Belém. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/25831/belem-e-mais-quatro-municipios-da-rmb-entram-em-lockdown-para-conter-a-covid-19>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

BÜLOW, Marisa Von. (2020). Os Impactos da Pandemia no Ativismo Digital. Relatório de Pesquisa 02, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília. Disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.



BUTANTAN. (2021). Retrospectiva 2021: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil. São Paulo. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contracovid-19-no-brasil>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

CARVALHO JÚNIOR, Natal dos Reis; CARVALHO, Roberta dos Santos Pereira de. (2019). Bolsonarismo e desdemocratização: o alerta nas conquistas de cidadania e consolidação democrática. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, n. 7, p. 224-245.

CARTA CAPITAL. (2020). Itália impõe quarentena e isola 18 milhões de pessoas. São Paulo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/italia-impoe-quarentena-e-isola-18-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

CASTRO, Ana Luiza. (2023). Os impactos da pandemia no ativismo digital. O K-pop no ativismo digital durante a pandemia. Relatório de Pesquisa 11 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

CEARÁ (Governo do Estado do). (2021). Ceará seguirá em isolamento social rígido por mais uma semana. Portal do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/03/19/ceara-seguira-em-isolamento-social-rigido-por-mais-uma-semana/>. Acesso em: 7 de junho 2024.

CRUZ, Ananda. (2021). Ativismo digital indígena e a campanha #vacinaparente. Relatório de Pesquisa 04, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisadorepositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

DELLA PORTA, D. (2022). *Contentious Politics in Emergency Critical Junctures: Progressive Social Movements During the Pandemic*. Cambridge University Press.



DISTRITO FEDERAL. (2021). Decreto nº 41.913, de 19 de março de 2021. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Sars-Cov-2), e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF. Disponível em: https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2021|03_Mar%C3%A7o|DODF%20022%2019-03-2021%20EDICAO%20EXTRA%20A|&arquivo=DODF%20022%2019-03-2021%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2024.

ELIAS, Gabriel Santos. (2022). A Campanha Despejo Zero em interações com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Relatório de Pesquisa 08, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-dorepositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

FERREIRA, João Victor Barbosa. (2023). Ativismo pandêmico em três atos: etnografia do movimento oposicionista ao lockdown no Distrito Federal. In Abers, Rebecca Neaera; Almeida, Debora Rezende de; von Bülow, Marisa (Orgs.). A disputa pela democracia no Brasil: Ativismos em contextos turbulentos. 1ª ed. Português. São Paulo: Editora UZOK, p. 273-302.

FONSECA, Mariana de Souza. (2022a). Periferias urbanas e o papel da comunicação periférica no combate à Covid-19. Relatório de Pesquisa 05 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

FONSECA, Mariana de Souza. (2022b). A atuação da Central Única das Favelas na pandemia de COVID-19 e o aprendizado da ação em situações de emergência. Relatório de Pesquisa 10 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

FREIXO, Adriano de; Pinheiro-Machado, Rosana. (2019). Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-



MACHADO, Rosana. Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 09-24. (Coleção Pensar Político).

GERBAUDO, P. (2020). The pandemic crowd. *Journal of International Affairs*, v. 73, n. 2, p. 61–76.

GIELOW, Igor. (2020a). Maioria tem medo de coronavírus e apoia medidas de contenção, diz Datafolha. Folha de S.Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/maioria-tem-medo-de-coronavirus-e-apoia-medidas-de-contencao-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2024.

GIELOW, Igor. (2020b). Propaganda do Planalto pede fim de isolamento, e Bolsonaro incentiva protestos anticonfinamento. Folha de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/propaganda-do-governo-bolsonaro-pede-fim-de-isolamento-veja-video.shtml>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. (2021). Governo do Estado do Espírito Santo anuncia novas medidas restritivas durante a quarentena. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-anuncia-novas-medidas-restritivas-durante-a-quarentena>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

GRAHAM-HARRISON, Emma. (2020). China's coronavirus lockdown strategy: brutal but effective. *The Guardian*, Londres. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/19/chinas-coronavirus-lockdown-strategy-brutal-but-effective>. Acesso em: 04 de abril de 2024.

GRILÓ, Carlota Gomes Pinto. (2022). Jornalismo e Democracia – A cobertura mediática dos movimentos de direita radical nos países ibéricos (2019-2022). Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021). Quase totalidade das prefeituras brasileiras adotaram o isolamento social em 2020. Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->



agencia-de-noticias/noticias/32151-quase-totalidade-das-prefeituras-brasileiras-adotaram-o-isolamento-social-em-2020. Acesso em: 07 de junho de 2024.

IPCC. (2023). Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese. [Core Writing Team, H. Lee e J. Romero (eds.)]. IPCC, Genebra, Suíça. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2023.

JORNAL NACIONAL. (2023). OMS declara o fim da emergência global de Covid. G1, Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/05/oms-declara-o-fim-da-emergencia-global-de-covid.ghtml>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

JÚNIOR, Cláudio Santiago Dias. (2020). Medindo o apoio e o comportamento no isolamento social em tempos de COVID-19 no Brasil. *Comunicação em Ciências da Saúde*, v. 31, p. 121–130.

JÚNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, Monte Carmelo - MG, v. 20, n. 44. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. (2015). Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas, Tocantins*, v. 7, n. 1, p. 3-17.

LÖWY, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, p. 652–664.

MARANHÃO. (2021). Decreto nº 36.5829 de 12 de março de 2021. Altera o Decreto nº 36.531, de 03 de março de 2021, que suspende a autorização para realização de reuniões e eventos em geral, para aulas presenciais em instituições de ensino, dispõe sobre o funcionamento de atividades comerciais na Ilha de São Luís, sobre o funcionamento do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, São Luís.



Disponível em: <https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/DECRETO.-Prorroga-o-Decreto-no-36.531-2021.-1.pdf>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

MATO GROSSO DO SUL. (2021). Decreto nº 15.638, de 24 de março de 2021. Institui, em caráter excepcional e temporário, medidas restritivas no Estado de Mato Grosso do Sul para evitar a proliferação do coronavírus (SARS-CoV-2) e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Mato Grosso do Sul, n. 10.452 - Edição Extra. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10452_24_03_2021. Acesso em: 7 de junho de 2024.

MÁXIMO, Wellton. (2020). Bolsonaro edita MP e decreto para definir atividades essenciais. Agência Brasil, Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/bolsonaro-edita-mp-e-decreto-para-definir-atividades-essenciais>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

MAZZO, Aline. (2021). Isolamento atinge níveis mais baixos desde início da pandemia, aponta Datafolha. Folha de S.Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/isolamento-atinge-niveis-mais-baixos-desde-inicio-da-pandemia-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MESSEMBERG, Débora. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. Revista Sociedade e Estado, Vol. 32, n 3, p. 621-647.

MESSEMBERG, Débora. (2019). A cosmovisão da "nova" direita brasileira. In: FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Brasil em transe: Nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, Cap. 1, p. 25-49. (Coleção Pensar Político).

MIGUEL, Luis Felipe. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 55-56, p. 155–184.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020). Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia->



sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus. Acesso em: 04 de abril de 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2024). Painel Coronavírus. Coronavírus Brasil. Brasília. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

MUDDE, Cass. (2020). O regresso da Ultradireita: da direita radical à direita extremista. Barcarena: Editorial Presença.

Moreira, T. F. O., & Koerner, A. (2021). Vai uma cloroquina aí? A mobilização de enquadramentos sobre a cura da Covid-19. *Plural*, 28(2), 294-312. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2021.175981

MÜLLER, Aline Maria. (2015). O jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia. *Biblos* n. 1, p269-286.

NASCIMENTO, L. et al. (2018). “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”. *Plural - Revista De Ciências Sociais*, v. 25, n.1, p. 135-171. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019>. Acessado em 01 de junho de 2024.

OPAS. (2020). OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

PARAÍBA (Governo do Estado da). (2021). Novo decreto mantém toque de recolher, altera horário no comércio e construção civil e restringe atividades no fim de semana. Portal do Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/novo-decreto-mantem-toque-de-recolher-altera-horario-no-comercio-e-construcao-civil-e-restringe-atividades-no-fim-de-semana>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

POMPEU, Ana; CARNEIRO, Luiz Orlando. (2020). STF reafirma competência de estados e municípios para tomar medidas contra Covid-19. *Jota*. Brasília. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-reafirma-competencia-de-estados-e-municipios-para-tomar-medidas-contr-covid-19-15042020?non-beta=1>. Acesso em: 21 de abril de 2024.



RIO DE JANEIRO (Município). (2021). Decreto Rio nº 48644 de 22 de março de 2021. Institui medidas emergenciais, de caráter excepcional e temporário, destinadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro: Atos do Prefeito, Rio de Janeiro. Disponível em: https://prefeitura.rio/wp-content/uploads/2021/03/DO_22_03_2021_-2a-EDICAO.pdf. Acesso em: 7 de junho de 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. (2021). Decreto nº 30.419, de 17 de março de 2021. Dispõe sobre medidas de isolamento social rígido, de caráter excepcional e temporário, destinadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: https://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20210318&id_doc=716559. Acesso em: 7 de junho de 2024.

SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. (2022). Como e por que estudar os movimentos sociais à direita: análises e indicações teórico-metodológicas. In: SOUZA, Marco Aurélio Dias de; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros (org.). Pesquisas sobre direitas no Brasil. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, p. 310. (Coleção Sociologias Necessárias, n. 8).

SÃO PAULO (Estado). (2021). SP prorroga fase emergencial de combate à pandemia até 11 de abril. Etapa com mais restrições de circulação e atividades está em vigor desde 15 de março em 645 cidades para frear aumento de casos e mortes. Portal do Governo, São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/sp-prorroga-fase-emergencial-de-combate-a-pandemia-ate-11-de-abril-2/>. Acesso em: 7 de junho de 2024.

SCHUDSON, Michael. (2002). The News Media as Political Institutions. *Annual Review of Political Science*, v. 5, n. 1, p. 249–269.

SCHWARCZ, Lília Moritz. (2020). *Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

SERGIPE (Governo de). (2021). Governo de Sergipe anuncia toque de recolher a partir desta quarta-feira, 17. Portal do Governo de Sergipe. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias/governo/governo_de_sergipe_anuncia_toque_de_recolher_a_partir_destas_quarta-feira_17. Acesso em: 7 de junho de 2024.



SOARES, Jussara; BEHNKE, Emilly. (2020). Bolsonaro convoca empresários a ‘jogar pesado’ contra Doria para evitar lockdown. Estadão. São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-convoca-empresarios-a-jogar-pesado-contradoria-para-evitar-lockdown/>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

SOUZA, Rafael. (2022). Brazil’s Contentious Pandemic: Anti- and Pro-Lockdown Protests in Time of Covid-19. Disponível em: <https://items.ssrc.org/covid-19-and-the-social-sciences/covid-19-fieldnotes/brazils-contentious-pandemic/>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96. CESOP. DOI: 10.1590/1807-0191201925163.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. (2015). Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

TAVARES, Mariana Miranda. (2020). Participação política digital para pressionar o poder legislativo federal na pandemia. Relatório de Pesquisa 03 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

TEIXEIRA, Nísio. (2008). Jornais. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). Introdução às fontes de informação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção Ciência da Informação; v. 1).

TUBBS, Anthony Toscano. (2022). Ativistas da Ciência e a mobilização na guerra de informação pela COVID-19. Relatório de Pesquisa 06, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-dorepositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.



VIEIRA, Anne Karoline Rodrigues. (2022). Atuação dos movimentos feministas durante a pandemia de Covid-19. Relatório de Pesquisa 7 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. (1984). Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 3.

VILARINS, Lorena. (2023). “A RUA É O ‘HOME’ E O ‘OFFICE’” – A LUTA SOLIDÁRIA PELOS CATADORES AUTÔNOMOS EM TEMPOS DE PANDEMIA. In Abers, Rebecca Neaera; Almeida, Debora Rezende de; von Bülow, Marisa (Orgs.). A disputa pela democracia no Brasil: Ativismos em contextos turbulentos. 1ª ed. Português. São Paulo: Editora UZOK, p. 273-302.

Informações adicionais

Este relatório serviu de base para o artigo publicado nos Cadernos de Gestão Pública e Cidadania da FGV, disponível no seguinte link: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/91525>.

OLIVEIRA, SAMUEL HENRIQUE CARIOCA DE. RUAS DIVIDIDAS? PROTESTOS SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS NO BRASIL PANDEMICO. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 30, p. e91525, 2025. DOI: 10.12660/cgpc.v30.91525. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/91525>. Acesso em: 1 sep. 2025.

